

Rio Tapajós: MPF pede criação de comitê e suspensão de licenças

Category: GERAL, PARÁ, REGIÃO

escrito por Alice Ketllen | 13 de julho de 2026



Segundo o MPF, a ausência do comitê impede a participação de povos indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e demais comunidades tradicionais nas decisões sobre o uso das águas do Tapajós, que abrange áreas dos estados do Pará e de Mato Grosso.

Na ação, o órgão pede que a Justiça determine que a União, por meio do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), e a ANA apresentem, em até 60 dias, um plano de trabalho com todas as etapas necessárias para a instalação do comitê, incluindo mobilização, processo eleitoral e posse dos integrantes. O prazo máximo para a conclusão dos trabalhos solicitado pelo MPF é de um ano.

O Ministério Público também requer que o plano contemple ações de informação e capacitação voltadas às comunidades tradicionais, respeitando os protocolos de consulta previstos na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, a proposta deve prever a estrutura de funcionamento da futura Agência de Águas e mecanismos para garantir sua sustentabilidade financeira.

Mobilização de comunidades

A ação judicial foi apresentada após uma série de manifestações de povos indígenas e comunidades tradicionais da região do Tapajós. Entre os protestos, uma ocupação realizada no terminal portuário da Cargill, em Santarém, reuniu mais de 1,2 mil lideranças de cerca de 17 povos indígenas e comunidades tradicionais.

Durante a mobilização, os participantes pediram a revogação do Decreto Federal nº 12.600/2025, que prevê concessão hidroviária e obras de dragagem no Rio Tapajós, alegando ausência de consulta prévia às populações afetadas.

Pedido para suspender novas licenças

Caso o Comitê de Bacia Hidrográfica e a Agência de Águas não sejam implantados dentro do prazo solicitado, o MPF pede que a Justiça proíba a ANA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT) de emitir ou renovar outorgas para uso da água e licenças de operação de empreendimentos de médio e grande impacto na calha do Rio Tapajós.

Se a medida for aceita, poderão ser suspensas novas autorizações para hidrelétricas, hidrovias, terminais portuários e atividades de mineração até que a estrutura de governança participativa seja efetivamente implantada.

O MPF também solicita a aplicação de multa diária de, no mínimo, R\$ 50 mil em caso de descumprimento das determinações judiciais.

Pedido de indenização

No mérito da ação, assinada pelo procurador da República Gabriel de Amorim Silva Ferreira, o Ministério Público Federal pede ainda que a União e a ANA sejam condenadas ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor mínimo de R\$ 1 milhão.

Segundo o órgão, a demora na criação do comitê representa uma violação ao princípio da participação popular na gestão dos recursos hídricos. O valor, caso seja concedido pela Justiça, deverá ser destinado prioritariamente a projetos voltados ao fortalecimento dos meios de subsistência e das atividades tradicionais das comunidades da bacia do Rio Tapajós.

Fonte: G1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
13/07/2026/14:19:00

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:519984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:519984046835) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*